

www.pwc.com.br

Caraguá Luz S.A. SPE

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Caraguá Luz S.A. SPE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Caraguá Luz S.A. SPE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caraguá Luz S.A. SPE em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de



Caraguá Luz S.A. SPE

auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Maringá, 26 de abril de 2022

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:

Signed By: ADRIANO MACHADO:15671101859
CPF: 15671101859
Signing Time: 26 April 2022 | 18:44 BRT
ICP
Brasil
E59E7AAA3BD147519FA2ARD27CD7DFB9
Adriano Machado
Contador CRC 1PRO42584/O-7

CARAGUA LUZ S.A. SPE**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e Patrimônio líquido			
	Notas	2021	2020		Notas	2021	2020
Circulante		23.273	21.470	Circulante		12.189	10.265
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.696	7.093	Fornecedores	12	3.507	3.307
Contas a receber de clientes	4	1.231	2.355	Empréstimos e financiamentos		19	16
Ativo de contrato de concessão	5	11.620	8.593	Passivo de arrendamento	11	113	83
Créditos tributários	6	157	1.451	Salários e encargos sociais a pagar	13	95	104
Ativos destinados à aplicação nas concessões	7	545	436	Encargos tributários a pagar	14	990	1.016
Adiantamentos a fornecedores	8	2.025	1.241	Impostos e contribuições parcelados	15	1.738	1.545
Partes relacionadas	9	5.987	291	Dividendos propostos	16.2	5.727	4.194
Outros créditos		12	10				
Não circulante		47.557	42.677	Não circulante		12.183	12.352
Ativo de contrato de concessão	5	45.306	42.408	Empréstimos e financiamentos		16	33
Créditos tributários	6	1.469	-	Passivo de arrendamento	11	498	-
Imobilizado	10	182	199	Impostos e contribuições parcelados	15	3.371	5.134
Direito de uso	11	600	70	Pis e cofins diferidos	14	2.155	1.876
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	6.143	5.309
				Patrimônio líquido		46.458	41.530
				Capital social	16.1	21.000	21.000
				Reserva legal	16.2	2.443	2.119
				Reserva de retenção de lucros	16.2	23.015	18.411
Total do ativo		70.830	64.147	Total do passivo e patrimônio líquido		70.830	64.147

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CARAGUA LUZ S.A. SPE**Demonstrações do resultado****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	<u>Notas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita operacional líquida	17	23.976	26.840
Custos dos serviços prestados	18	(13.727)	(7.133)
Lucro bruto		10.249	19.707
Receitas (despesas) operacionais		(942)	(993)
Despesas gerais e administrativas	19	(1.689)	(1.483)
Despesas comerciais		(25)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	20	772	490
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		9.307	18.714
Resultado financeiro	21	(24)	(212)
Despesas financeiras		(233)	(221)
Receitas financeiras		209	9
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		9.283	18.502
Imposto de renda e contribuição social		(2.822)	(2.898)
Corrente	22	(1.987)	(1.990)
Diferido	22	(835)	(908)
Lucro líquido do exercício		6.461	15.604
Lucro básico e diluído por ação - Reais		0,3077	0,7430

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	6.461	15.604
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>6.461</u>	<u>15.604</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CARAGUA LUZ S.A. SPE
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2020	21.000	1.339	7.293	-	29.632
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.604	15.604
<i>Destinação:</i>					
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	15.604	(15.604)	-
Constituição reserva legal	-	780	(780)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(3.706)	-	(3.706)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	21.000	2.119	18.411	-	41.530
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.461	6.461
<i>Destinação:</i>					
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	6.461	(6.461)	-
Constituição reserva legal	-	324	(324)	-	-
Dividendos propostos	-	-	(1.533)	-	(1.533)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	21.000	2.443	23.015	-	46.458

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CARAGUA LUZ S.A. SPE
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	6.461	15.604
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício as atividades operacionais		
Depreciação e amortização	49	47
Amortização do direito de uso	124	118
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	6	2
Juros apropriados sobre parcelamentos	170	169
Juros apropriados sobre arrendamento mercantil	26	-
Tributos diferidos (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL)	894	908
Juros, correções monetárias e outros sobre ativo de contrato de concessão	(5.558)	(14.664)
(Aumento)/redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	1.124	394
Adiantamentos	(786)	1.731
Recebimento através de CIP (Contrato de Iluminação Pública)	6.183	5.459
Ativos destinados à aplicação nas concessões	(109)	-
Créditos Tributários	(174)	797
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	200	(1.121)
Encargos tributários a pagar	195	53
Salários e encargos sociais a pagar	(10)	3
Impostos e contribuições parcelados	(1.740)	(1.633)
Pagamento de juros do passivo de arrendamentos	(26)	(19)
Demais contas a pagar	-	(343)
Caixa líquido proveniente das Atividades Operacionais	<u>7.029</u>	<u>7.505</u>
Adições ao Ativo de contrato de concessão	(6.550)	(1.206)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(32)	(127)
Caixa líquido aplicado nas Atividades de investimento	<u>(6.582)</u>	<u>(1.333)</u>
Terceiros		
Pagamento do passivo de arrendamentos	(126)	(111)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(23)	(5)
Acionistas		
Dividendos pagos	-	(1.667)
Empréstimos entre partes relacionadas	(5.695)	1.137
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(5.844)</u>	<u>(646)</u>
Aumento líquido no saldo de caixa	<u>(5.397)</u>	<u>5.526</u>
Caixa e equivalente de caixa		
Composição de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.093	1.567
Composição de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.696	7.093
Aumento líquido no saldo de caixa	<u>(5.397)</u>	<u>5.526</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

CARAGUA LUZ S.A. SPE (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, a companhia tem sede e foro na Rua Ministro Dilson Funaro, 225, Pontal de Santa Marina, CEP 11.672-150, no Município de Caraguatatuba, Estado do São Paulo.

A Companhia, fundada em 30 de abril de 2015, criada com propósito específico, tem por objetivo exclusivamente, a elaboração do projeto, implantação, expansão, modernização, operação e manutenção das instalações de iluminação pública do Município de Caraguatatuba Estado de São Paulo, bem como instituir processos para responsabilidade do consumo de energia de iluminação pública, nos termos da concorrência nº 11/14, edital nº 196/14, instruída pelo processo administrativo nº 33330-1/2014, que tem por objeto a outorga de Parceria Público Privada (“PPP”) na modalidade concessão administrativa (“Concessão Administrativa”).

Em 30 de dezembro de 2020, a Companhia formalizou o 2º termo de aditivo de contrato com a Prefeitura de Caraguatatuba prorrogando seu contrato que era de 13 anos para 26 anos, desta forma também oficializou as alterações decorrentes do 1º reequilíbrio econômico-financeiro. Dentre as principais alterações estão o aumento na quantidade de luminárias a serem instaladas no parque de iluminação da cidade e a diluição do valor equivalente a 5 (cinco) contraprestações mensais cujo valor estava suspenso de faturamento, prevendo o pagamento fracionado ao longo do período do contrato.

A Companhia acompanha os processos de evolução da pandemia do COVID-19 e não identificou necessidade de ajustes nas demonstrações financeiras, por temas relacionados com os riscos do COVID-19 para os exercícios de 2020 e 2021.

A Companhia não obteve impacto do COVID-19 na sua concessão, em relação à receita de prestação de serviços pela característica de monopólio regulado durante o exercício de 2021, porém sofreu atrasos no recebimento das contraprestações do poder concedente, de qualquer forma não afetou o caixa da Companhia, pois já se encerrou o ciclo dos investimentos.

1.1. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 30 de março de 2022.

2. Apresentação das demonstrações financeiras:

2.1. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão estimada para créditos de

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

liquidação duvidosa assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes das registradas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, em milhares de reais e com arredondamento na última decimal.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

2.3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.3.2. Ativos e passivos financeiros

2.3.2.1. Ativo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2021, assim como em 2020, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

- **Custo amortizado**

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

- **Reconhecimento e desreconhecimento**

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

- **Impairment**

A Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

- **Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.3.2.2. Passivo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, serviços a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada – PPP e compromissos de contratos de programa.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

CARAGUA LUZ S.A. SPE**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2021****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

2.3.3. Contas a receber de clientes e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes. A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas. A análise é realizada com base em dados objetivos do “contas a receber”, histórico de recebimentos, garantias existentes, e pelas expectativas de perdas futuras.

2.3.4. Ativos destinados a aplicação nas concessões e serviços

Os ativos destinados a aplicação nas concessões e serviços são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação destes ativos é o da média ponderada móvel. Os custos destes ativos incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de materiais. Os materiais destinados às construções da infraestrutura vinculada à concessão das Controladas são classificados como “ativo intangível em curso”. As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.3.5. Ativos de contrato de concessão

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão (construção e/ou melhorias) são reconhecidos como “Ativo de contrato”, quando as concessionárias possuem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo de contrato do poder concedente pelos serviços de construção/melhoria, e o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. Além disso, o valor a ser ressarcido independe da utilização do serviço pelo público.

O ativo de contrato de concessão é mensurado ao custo amortizado. No início de cada concessão é estimada pela Companhia a Taxa de Remuneração do Ativo de Contrato – TRAC por meio de componentes internos e de mercado. Esta taxa remunerará o ativo de contrato no prazo de concessão, e periodicamente é revisada.

O saldo do ativo de contrato de concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAC da concessão. São considerados no fluxo de caixa futuro as estimativas das Companhia na determinação da parcela mensal da Contraprestação pecuniária (receita anual) que deve remunerar a infraestrutura.

A contraprestação pecuniária prevista no contrato de concessão (receita anual) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema e não depende da utilização da infraestrutura. Portanto, não existe risco de demanda. Excepcionalmente, a “receita anual” (fluxo de caixa) pode ser reduzida anualmente em decorrência de indisponibilidade dos sistemas (performance).

A parcela de remuneração do ativo de contrato deve ser apresentada na demonstração do resultado de forma consistente e deve ser apresentada entre as receitas da operação, ou seja, compor o saldo da receita operacional líquida.

CARAGUA LUZ S.A. SPE**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2021****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****2.3.6. Imobilizado**

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, armazém e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	% Taxa Depreciação ao ano
Computadores e Periféricos	20
Veículos	20
Móveis e utensílios	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)" na demonstração do resultado.

2.3.7. Impairment de ativos não financeiros

A administração testa anualmente seus ativos não financeiros para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados, ao menos anualmente, para a verificação de impairment. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

A Companhia elabora anualmente, teste de impairment das mais valias e eventuais ágios em aquisições, considerando cada empresa individual como uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) pelo método do valor em uso através do fluxo de caixa descontado. O método é adequado pois estima a situação de continuidade operacional até o final dos contratos de concessão.

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3.8. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.3.9. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pela Companhia com emissão do título, e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido.

Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos. Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.3.10 Direito de uso e passivo de arrendamentos

Os contratos de arrendamentos são registrados no ativo denominado Direito de Uso, que é o correspondente àquele que representa a transferência ao direito do arrendatário de usar o ativo arrendado ao longo do prazo do arrendamento; o passivo gerado em contrapartida representa a obrigação do arrendatário de pagar as prestações ao arrendador durante o prazo do arrendamento, conforme seu grau de exigibilidade denominado passivo de arrendamentos, com exceção dos casos de arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses) ou de arrendamentos de baixo valor, conforme CPC 06.

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3.11 Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.3.12. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do fechamento.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países,

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. A Companhia optou pelo regime de apuração no Lucro Presumido no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, assim como para o exercício de 2020.

2.3.13. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.3.14. Reconhecimento da receita

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados. Para as receitas do município permissionário que não pagam a fatura integral, a Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no momento do faturamento em conta redutora da receita.

A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

a) Receitas e despesas financeiras: A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

b) Receitas de construção: A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão) e CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo.

Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo intangível, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula. As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento e gestão de iluminação pública com os municípios e empresas privadas. É divulgado para os contratos em andamento, ao término do período de reporte: (a) o montante agregado de custos incorridos e os lucros reconhecidos (menos as perdas reconhecidas) até a data; (b) o montante de adiantamentos recebidos; e (c) o montante de retenções.

CARAGUA LUZ S.A. SPE**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2021****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

c) Receita de remuneração dos ativos de concessão: Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor de investimento.

d) Receitas de operação e manutenção: Após a fase de implantação da infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

2.3.15. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.3.16 Estimativas e premissas críticas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo de contrato, que impacta a avaliação de continuidade operacional da Companhia.

A administração decidiu rever as estimativas contábeis aplicadas no reconhecimento do ativo de contrato se adequando para o cenário atual da economia na mudança do critério da atualização monetária do contrato de concessão, atualizando o contrato durante o exercício de 2021 com base no IPCA.

b) Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura: A Companhia registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 47. Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado.

c) Receitas de construção: A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão) e CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo de contrato, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem de lucro nula.

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Contabilização de perdas para créditos de liquidação duvidosa - Na contabilização das perdas sobre os títulos do contas a receber, a Companhia leva em consideração as estimativas dos históricos de recebimentos, mesmo a administração sabendo que não há o risco de perdas no volume total do contrato de parceria público privada, por ser um repasse de COSIP (Contribuição para Custeio de Serviços de Iluminação Pública). Esta premissa utilizada para fins de determinação das perdas é acompanhada pela administração para garantir a continuidade normal do negócio.

2.4. Mudanças em políticas e práticas contábeis

2.4.1 As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e estão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021 e não tiveram impactos nas demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

- Reforma da IBOR - Fase 2: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 - "Instrumentos Financeiros", ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao IFRS 4/CPC 11 "Contratos de Seguros". A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pela Companhia, com relação a:

(i) Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros: permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desreconhecimento do contrato e, conseqüentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior.

(ii) Relações de hedge: a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção e nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício.

- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022.

Não há impactos identificados pela Companhia na adoção das respectivas normas.

2.5. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.
- Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.

- Alteração ao IFRS 3 “Combinação de Negócios”: emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º. de janeiro de 2022.
- Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2022:
 - (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
 - (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

. Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

. Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

. Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o

CARAGUA LUZ S.A. SPE**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2021****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e equivalentes de caixa	-	2
Aplicação de liquidez imediata (a)	1.696	7.091
	<u>1.696</u>	<u>7.093</u>

(a) O valor do saldo apresentado como aplicação financeira, se trata de aplicação automática do Banco do Brasil, tendo remuneração média para o ano de 2021 de 2,77% (3,84% em 2020).

4. Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contas a receber	-	1.668
Contas a receber - a faturar (*)	1.231	687
	<u>1.231</u>	<u>2.355</u>

(*) O grupo de “contas a receber a faturar” corresponde ao reconhecimento da receita de prestação de serviços conforme a realização em campo e suas medições, obedecendo ao regime de competência. Houve um atraso na checagem de documentação para emissão das notas fiscais de 5 (cinco) contraprestações do poder concedente em virtude da pandemia do Covid-19, motivo este que foram incluídas dentro do 2º termo de aditivo de contrato a serem pagas ao longo do contrato. No encerramento das demonstrações financeiras não existiam valores faturados e vencidos em relação ao ano de 2021.

5. Ativo de contrato de concessão

O ativo de contrato de concessão é constituído com a execução dos investimentos previstos nos contratos de concessão. Posteriormente, o ativo de contrato é atualizado pela Taxa de Remuneração do Ativo de Contrato (“TRAC”) e amortizado pelo recebimento de contraprestações. No início de cada concessão é estimada pela Companhia a TRAC por meio de componentes internos e de mercado. Esta taxa remunerará o ativo de contrato no prazo de concessão, e periodicamente é revisada.

São classificados em curto e longo prazo de acordo com as contraprestações a serem recebidas durante a vigência da concessão.

CARAGUA LUZ S.A. SPE**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2021****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****5.1. Movimentação do ativo de contrato de concessão**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial	51.001	40.590
Adições (receita de construção)	6.550	1.206
Adições (reequilíbrio de contrato)	-	8.600
Juros, atualização financeira	5.558	6.064
Recebimento através da CIP (*)	(6.183)	(5.459)
Saldo final	<u>56.926</u>	<u>51.001</u>
TRAC (**)	10,86% a.a.	10,86% a.a.
Circulante	<u>11.620</u>	<u>8.593</u>
Não circulante	<u>45.306</u>	<u>42.408</u>

(*) Contribuição de iluminação pública.

(**) Taxa de retorno do ativo de contrato.

5.2. Serviços de construção

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita de construção	6.550	1.206
Custos de construção	(6.550)	(1.206)

5.3. Teste de impairment do ativo de contrato

A Companhia avaliou as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado conforme CPC 48.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, como resultado do teste de impairment, a administração não identificou fatores que pudessem indicar que seus ativos financeiros (ativo de contrato) poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda (impairment) foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

CARAGUA LUZ S.A. SPE**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2021****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****6. Créditos tributários**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
INSS a compensar	157	1.451
	<u>157</u>	<u>1.451</u>
Não circulante		
INSS a recuperar	1.469	-
	<u>1.469</u>	<u>-</u>
Total de créditos tributários	<u>1.626</u>	<u>1.451</u>

Foi realizado o pedido de restituição do saldo do INSS a compensar que está em andamento na Receita Federal aguardando deferimento.

7. Ativos destinados à aplicação nas concessões

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Acessórios, ferragens e ferramenta	1	1
Relê, conector, fios e dispositivo	21	10
Lâmpadas e luminárias	454	356
Postes	3	18
Reatores	22	-
Outros materias	44	51
	<u>545</u>	<u>436</u>

8. Adiantamentos a fornecedores

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Outros fornecedores de obras	18	56
Partes relacionadas (a)		
Consórcio Caraguá	916	-
Seven Engenharia Ltda	271	1.185
Fortnort Desenvolvimento Ambiental e Urbano Ltda	820	-
	<u>2.025</u>	<u>1.241</u>

(a) Refere-se a adiantamentos de obras executadas pelos integrantes do Consórcio dentro do exercício de 2020 e 2021, conforme medições realizadas, o qual serão liquidadas dentro do exercício de 2022.

CARAGUA LUZ S.A. SPE**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2021****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****9. Partes relacionadas**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Consórcio Caraguá	5.696	-
Fortnort Desenvolvimento Ambiental Ltda.	191	191
Seven Apoio Administrativo Ltda	100	100
	<u>5.987</u>	<u>291</u>

Os principais saldos de ativos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relacionados a operações entre partes relacionadas decorrem de transações financeiras com a Companhia e seus acionistas, nas quais a Administração considera que foram realizadas em condições pactuadas entre as partes, as quais não tem vencimento, tão pouco contém juros remuneratórios.

10. Imobilizado

	(%) Taxa média de depreciação ao ano	<u>31/12/2021</u>			<u>31/12/2020</u>
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Computadores e periféricos	20	100	(59)	41	36
Veículos	20	137	(60)	77	100
Móveis e utensílios	10	120	(56)	64	63
		<u>357</u>	<u>(175)</u>	<u>182</u>	<u>199</u>

A Administração não identificou indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

10.1. Movimentação do Imobilizado

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Computadores e periféricos	36	19	(15)	40
Veículos	100	-	(23)	77
Móveis e utensílios	63	13	(11)	65
	<u>199</u>	<u>32</u>	<u>(49)</u>	<u>182</u>

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2020
Computadores e periféricos	28	22	(14)	36
Veículos	9	103	(12)	100
Benfeitorias imóveis terceiros	10	-	(10)	-
Móveis e utensílios	71	2	(10)	63
	<u>118</u>	<u>127</u>	<u>(46)</u>	<u>199</u>

CARAGUA LUZ S.A. SPE**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2021****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****11. Direito de uso do ativo e passivo de arrendamentos****11.1 Direito de uso**

		31/12/2021		31/12/2020	
	Taxa Amortização Média Anual	Custo	Amortização acumulada	Direito Uso Líquido	Direito Uso Líquido
Direito de uso - Outros arrendamentos	20,00%	962	(362)	600	70
		<u>962</u>	<u>(362)</u>	<u>600</u>	<u>70</u>

O arrendamento refere-se ao barracão locado até julho de 2027, para execução das obras do parque de iluminação pública.

11.2 Movimentação do direito de uso

	31/12/2021			
	Direito de uso líquido	Adições	Amortização do exercício	Direito de uso líquido
Direito de uso - Outros arrendamentos	70	654	(124)	600
	<u>70</u>	<u>654</u>	<u>(124)</u>	<u>600</u>

	31/12/2020			
	Direito de uso líquido	Adições	Amortização do exercício	Direito de uso líquido
Direito de uso - Outros arrendamentos	188	-	(118)	70
	<u>188</u>	<u>-</u>	<u>(118)</u>	<u>70</u>

CARAGUA LUZ S.A. SPE**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2021****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****11.3 Passivo de arrendamentos**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Passivo de arrendamentos	163	86
(-) Juros sobre passivo de arrendamentos	<u>(50)</u>	<u>(3)</u>
	<u>113</u>	<u>83</u>
Não circulante		
Passivo de arrendamentos	584	-
(-) Juros sobre passivo de arrendamentos	<u>(86)</u>	<u>-</u>
	<u>498</u>	<u>-</u>
Total de passivo de arrendamentos	<u>611</u>	<u>83</u>

Movimentação:

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Provisão</u> <u>de juros</u>	<u>Pagamento</u> <u>do principal</u>	<u>Pagamentos</u> <u>dos juros</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2021</u>
Passivo de arrendamentos	83	654	26	(126)	(26)	611
	<u>83</u>	<u>654</u>	<u>26</u>	<u>(126)</u>	<u>(26)</u>	<u>611</u>

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2019</u>	<u>Pagamento</u> <u>do principal</u>	<u>Pagamentos</u> <u>dos juros</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2020</u>
Passivo de arrendamentos	213	(111)	(19)	83
	<u>213</u>	<u>(111)</u>	<u>(19)</u>	<u>83</u>

(*) Para atualização do passivo de arrendamentos foram utilizados a taxa de desconto de 9,37% a.a.

12. Fornecedores

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fornecedores nacionais	758	910
Distribuidora de Energia EDP - SP (a)	591	1.830
Fornecedores - Contratos a realizar (b)	<u>2.158</u>	<u>567</u>
	<u>3.507</u>	<u>3.307</u>

- (a) Refere-se a reconhecimento da energia elétrica de iluminação pública, conforme medições realizadas a serem descontadas das contraprestações perante o poder concedente.
- (b) Refere-se as medições das obras realizadas do prestador de serviços responsável (EPC- Engineering, Procurement, Construction) pelo projeto de implantação de todas as luminárias no parque de iluminação pública da cidade de Caraguatatuba - SP, conforme contrato de construção firmado com o Consórcio Caragua.

CARAGUA LUZ S.A. SPE**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2021****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****13. Salários e encargos sociais a pagar**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Salários a pagar	19	19
Férias e encargos a pagar	71	80
Encargos sociais	5	5
Total de salários a pagar	<u>95</u>	<u>104</u>

14. Encargos tributários a pagar

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
PIS e COFINS corrente a recolher	165	169
IRPJ e CSLL corrente a recolher	723	843
Impostos retidos a recolher	102	4
	<u>990</u>	<u>1.016</u>
Não circulante		
PIS e COFINS diferidos (*)	2.155	1.876
IRPJ e CSLL diferidos (*)	6.143	5.309
	<u>8.298</u>	<u>7.185</u>

(*) Os valores de PIS/COFINS e IRPJ/CSLL diferidos referem-se ao reconhecimento do ativo de contrato.

15. Impostos e contribuições parcelados

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Parcelamento Pert (a)	278	269
Parcelamentos Federais	914	909
Parcelamentos Municipais	546	367
Total do circulante	<u>1.738</u>	<u>1.545</u>
Não Circulante		
Parcelamento Pert (a)	1.966	2.175
Parcelamentos Federais	1.041	1.888
Parcelamentos Municipais	364	1.071
Total do não circulante	<u>3.371</u>	<u>5.134</u>
Total dos tributos parcelados	<u>5.109</u>	<u>6.679</u>

(a) Referem-se ao parcelamento de tributos federais instituídos pela Lei nº 13.496/17, PERT (Programa Especial de Regualrização Tributária), onde a Companhia aderiu ao parcelamento. A consolidação foi concretizada em 28 de dezembro de 2018.

CARAGUA LUZ S.A. SPE**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2021****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****16. Patrimônio líquido****16.1. Capital social**

O capital social da Companhia encerrou o exercício de 2021 em R\$ 21.000, representado por 21.000.000 ações ordinárias nominativas, totalmente integralizada, com valor nominal de R\$ 1.

Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Número de ações	Capital integralizado	%	Número de ações	Capital integralizado	%
Urbeluz Energética S.A.	11.550.000	11.550.000	55%	11.550.000	11.550.000	55%
Fortnort Desenvolvimento Ambiental Ltda.	6.510.000	6.510.000	31%	8.400.000	8.400.000	40%
Seven Engenharia e Consultoria Elétrica Ltda	1.050.000	1.050.000	5%	1.050.000	1.050.000	5%
Edson José Lopes das Neves	1.890.000	1.890.000	9%	-	-	-
	21.000.000	21.000.000	100%	21.000.000	21.000.000	100%

Em 15 de março de 2021, a Fortnort Desenvolvimento Ambiental Ltda. cedeu 9% (nove por cento) de sua participação no capital social da Companhia correspondente a 1.890.000 ações ordinárias e nominativas totalmente integralizadas para Edson José Lopes das Neves, conforme acordo de com a anuência dos outros acionistas.

16.2. Reserva de lucros**a) Reserva legal**

De acordo com a Lei 6.404/76, tal reserva é constituída em 5% do lucro líquido do exercício, após compensação de qualquer prejuízo acumulado existente, limitada à 20% do capital social realizado. Neste exercício a Companhia efetuou a constituição de reserva legal no valor de R\$ 324 (R\$ 780 em 2020). No encerramento do exercício de 2021 a Companhia mantinha saldo de R\$ 2.443 (R\$ 2.119 em 2020).

b) Reserva de retenção de lucros

O saldo da reserva de retenção de lucros, que em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 18.411 foi aumentado em R\$ 4.603 após a constituição da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios, encerrando o exercício de 2021 em R\$ 23.015.

c) Dividendos a pagar

De acordo com o art. 202 da Lei 6.404/76, deve-se provisionar dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro ajustado, com base no lucro líquido do exercício, após compensação de qualquer prejuízo acumulado existente e a constituição das reservas. No encerramento do exercício de 2021 a Companhia provisionou os dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 1.533 (R\$ 3.706 em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia mantém saldo de R\$ 5.727.

CARAGUA LUZ S.A. SPE**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2021****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****17. Receita operacional líquida**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita bruta sobre serviços (a)	6.217	21.361
Remuneração do ativo de contrato	12.820	6.063
Receita de construção	6.550	1.206
Impostos sobre serviços	(1.611)	(1.790)
	<u>23.976</u>	<u>26.840</u>

(a) Em virtude do segundo termo aditivo do contrato de concessão, firmado em 30 de dezembro de 2020, que aumentou o prazo do contrato de concessão de 13 para 26 anos de vigência. O aumento no prazo de vigência de contrato, acarretou na diluição do valor da contraprestação de acordo com o novo prazo de vigência.

18. Custos sobre os serviços prestados

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Custo com material aplicado	(450)	(487)
Custo de construção	(6.550)	(1.206)
Custo com pessoal	(758)	(626)
Custo com terceiro	(327)	(290)
Custo com energia	(5.376)	(4.381)
Depreciação e amortização	(124)	(142)
Outros custos	(142)	(1)
	<u>(13.727)</u>	<u>(7.133)</u>

19. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Com pessoal	(548)	(589)
Com honorários consultorias	(703)	(602)
Despesas de informática	(33)	(20)
Impostos, taxas e contribuições	(8)	(26)
Depreciação e amortização	(49)	(23)
Outras despesas	(348)	(223)
	<u>(1.689)</u>	<u>(1.483)</u>

CARAGUA LUZ S.A. SPE**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2021****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****20. Outras receitas (despesas) operacionais**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Outras receitas (sucatas)	1	10
Ganho/Perdas de estoque (*)	391	383
Despesas recuperadas	281	434
Taxas e tributos de período anteriores	-	(336)
Receita com reduções de multas	101	-
Despesas com multas	(2)	(1)
	<u>772</u>	<u>490</u>

(*) Os ganhos de estoque referem-se a materiais substituídos dentro parque de iluminação pública do município que estão em perfeitas condições, os quais foram solicitados substituição pelo poder concedente para modernização, e que serão utilizados posteriormente na periferia do município.

21. Resultado financeiro

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	48	8
Atualização de impostos a compensar	161	-
Outras receitas	-	1
	<u>209</u>	<u>9</u>
Despesas financeiras		
Juros apropriados sobre parcelamentos	(170)	(169)
Juros sobre tributos em atraso	(14)	(12)
Juros sobre demais passivos financeiros	(12)	-
Juros sobre passivo de arrendamentos	(26)	(19)
IOF	(1)	(1)
Outras despesas	(10)	(20)
	<u>(233)</u>	<u>(221)</u>
Resultado financeiro	<u>(24)</u>	<u>(212)</u>

22. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) pelo regime fiscal do lucro presumido por caixa, ou seja, somente apura o imposto quando efetivamente recebe os recursos. Neste regime, a apuração do imposto de renda e da contribuição social é realizada por meio do cálculo da alíquota nominal de 25% de IRPJ e 9% de CSLL sobre a base de presunção, apurada conforme a legislação tributária na apuração dos tributos do ano corrente. Abaixo a composição:

CARAGUA LUZ S.A. SPE**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2021****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Corrente				
Arrecadação	18.485	18.485	18.514	18.514
Base de Presunção	18.485	18.485	18.514	18.514
Presunção lucro (32%)	5.915	5.915	5.924	5.924
Base tributável	5.915	5.915	5.924	5.924
IRPJ (15%)	(887)	-	(889)	-
Adicional (10%)	(568)	-	(568)	-
CSLL (9%)	-	(532)	-	(533)
	(1.455)	(532)	(1.457)	(533)
Diferido				
Ativo Financeiro	7.675	7.675	1.206	1.206
Presunção lucro (32%)	2.456	2.456	386	386
Outras (reversão IR/CS ativo financeiro)	-	-	2.284	2.284
Base tributável	2.456	2.456	2.670	2.670
IRPJ (15%)	(368)	-	(401)	-
Adicional (10%)	(246)	-	(267)	-
CSLL (9%)	-	(221)	-	(240)
	(614)	(221)	(668)	(240)
Total IR/CS	(2.069)	(753)	(2.125)	(773)

23. Instrumentos financeiros**23.1. Análises dos instrumentos financeiros**

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

23.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização o valor justo dos instrumentos financeiros, se aproxima do contábil no encerramento do período, motivo que só estão apresentados abaixo os valores contábeis, demonstrados abaixo:

CARAGUA LUZ S.A. SPE**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2021****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

		31/12/2021	31/12/2020
	<u>Categoria</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor contábil</u>
Ativo financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	1.696	7.093
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	1.231	2.355
Ativo financeiro	Custo amortizado	56.926	51.001
Partes relacionadas	Custo amortizado	5.987	291
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	3.507	3.307
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	35	49
Passivo de arrendamentos	Custo amortizado	611	83

Os empréstimos e financiamentos, os quais estão mensurados pelos custos amortizados são atualizados monetariamente com bases nos índices e juros contratados até a data de fechamento das demonstrações financeiras.

23.3. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

(a) Risco de mercado:

Risco de taxa de juros: A Companhia não tem risco de variação de taxa de juros relevante nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, pois ainda não houve nenhuma captação de recursos, porém já possui contrato de arrendamento atualizados anualmente pelo IPCA.. Variação da taxa básica de juros pode alterar as condições econômico-financeiras do contrato de concessão e melhorar ou piorar a capacidade de investimento da concessionária. Logo abaixo a demonstração da sensibilidade demonstrando dois cenários de risco de elevação da taxa, sendo o primeiro com acréscimo de 25% e o segundo com 50%.

Transações	Risco	Saldo em 31/12/2021	Cenário Provável	Projeção de mercado	
				Cenário I	Cenário II
Ativo financeiro					
Aplicações financeiras	Redução da taxa CDI	1.696	1.547	1.272	848
Passivo financeiro					
Empréstimos e financiamentos	Aumento da TJLP	35	37	44	53
Exposição líquida		<u>1.661</u>	<u>1.511</u>	<u>1.228</u>	<u>796</u>
Efeito líquido - perda				<u>433</u>	<u>866</u>

Devido à natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada.

Risco de taxas de câmbio: A Companhia não realiza operações cambiais.

(b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

CARAGUA LUZ S.A. SPE**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2021****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(c) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial, revisão tarifária.

24. Contingências

De acordo com a legislação vigente, as declarações de Imposto de Renda e demais obrigações acessórias entregues nos últimos cinco anos estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais, estaduais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão por períodos variados. No entanto, na opinião da Administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não há processos com probabilidade de perdas possíveis assim como não há processos com probabilidade de perdas prováveis conhecidos contra a Companhia.

25. Remuneração de diretores estatutários

Os diretores estatutários receberam em 2021 o montante de R\$ 346 (R\$ 326 em 2020) a título de pró-labore pelos serviços prestados. Não há qualquer outro benefício concedido.

26. Seguros (não auditado)

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações, visando a avaliação adequada sobre o risco existente de perda de ativos ou de mercado.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. As coberturas de seguros são:

Responsabilidade civil	03/2021 a 03/2022	500
Responsabilidade civil do empregador	06/2021 a 06/2022	100
Total de cobertura		600

Pedro Vicente Iacovino
Diretor Administrativo Financeiro

Isaac do Nascimento
Contador – CRCPR-043806/O-1

* * *

Certificate Of Completion

Envelope Id: 620DADAEA31B493992AA2AF65A916CD9	Status: Completed
Subject: Please DocuSign: CARAGUALUZ21.DEZ.pdf	
Source Envelope:	
Document Pages: 32	Signatures: 1
Certificate Pages: 2	Initials: 0
AutoNav: Enabled	Envelope Originator:
Envelopeld Stamping: Enabled	Ricardo Silva
Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia	Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água Branca
	São Paulo, SP 05001-100
	ricardo.silva@pwc.com
	IP Address: 201.56.164.188

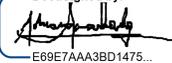
Record Tracking

Status: Original 26 April 2022 17:57	Holder: Ricardo Silva ricardo.silva@pwc.com	Location: DocuSign
Status: Original 26 April 2022 18:44	Holder: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Location: DocuSign

Signer Events

Adriano Machado
a.machado@pwc.com
PwC BR
Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate
Signature Provider Details:
Signature Type: ICP Smart Card
Signature Issuer: AC Certisign RFB G5
Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

Signature

DocuSigned by:

E69E7AAA3BD1475...
Signature Adoption: Drawn on Device
Signed by link sent to a.machado@pwc.com
Using IP Address: 201.56.5.228

Timestamp

Sent: 26 April 2022 | 18:16
Viewed: 26 April 2022 | 18:43
Signed: 26 April 2022 | 18:44

In Person Signer Events

Signature

Timestamp

Editor Delivery Events

Status

Timestamp

Agent Delivery Events

Status

Timestamp

Intermediary Delivery Events

Status

Timestamp

Certified Delivery Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events

Status

Timestamp

Ricardo Silva
ricardo.silva@pwc.com
PwC BR
Security Level: Email, Account Authentication (None)
Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

COPIED

Sent: 26 April 2022 | 18:44
Viewed: 26 April 2022 | 18:44
Signed: 26 April 2022 | 18:44

Witness Events

Signature

Timestamp

Notary Events

Signature

Timestamp

Envelope Summary Events

Status

Timestamps

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	26 April 2022 18:16
Certified Delivered	Security Checked	26 April 2022 18:43
Signing Complete	Security Checked	26 April 2022 18:44
Completed	Security Checked	26 April 2022 18:44

Payment Events	Status	Timestamps
-----------------------	---------------	-------------------